

CONTRIBUIÇÕES DA FAMÍLIA NO PROCESSO EDUCATIVO: ESTUDANTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E EM CENÁRIOS PANDÊMICOS

FAMILY CONTRIBUTIONS IN THE EDUCATIONAL PROCESS: STUDENTS IN A SITUATION OF VULNERABILITY AND IN PANDEMIC SCENARIOS

Sidelmar Alves da Silva Kunz 1
Norma Lucia Neris de Queiroz 2
Guilherme de Andrade Ruela 3

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir a relevância do fortalecimento da relação entre família e escola, considerando o atual momento de declaração de pandemia e as determinações de distanciamento social. Na análise qualitativa baseada na exploração bibliográfica de conceitos e autores que tratam das contribuições da família no processo educativo para os filhos/estudantes que se encontram vulneráveis socioeconomicamente foi possível apontar caminhos desenhados com base em projetos educativos aplicados por instituições de ensino com a intenção de promover o desenvolvimento integral e a formação cultural desses estudantes. Com base nos achados, a investigação, também, sinaliza estratégias valiosas para a redução das desigualdades sociais em face dos desafios da pandemia, dado que a situação atual demanda novos formatos para o sistema educacional e para a comunidade escolar. Esses formatos precisam se ancorar no protagonismo estudantil articulado ao papel da escola e da família no processo educativo de estudantes vulneráveis.

Palavras-chave: Relação Família-Escola. Contexto Pandêmico. Desafios e Fragilidades.

Abstract: This paper aims to discuss the relevance of strengthening the relationship between family and school, considering the current moment of declaration of a pandemic and the determinations of social distance. In the qualitative analysis based on the bibliographic exploration of concepts and authors that deal with family contributions in the educational process for children / students who are socioeconomically vulnerable, it was possible to point out paths designed based on educational projects applied by educational institutions with the intention of promoting the integral development and cultural formation of these students. Based on the findings, the investigation also signals valuable strategies for reducing social inequalities in the face of the challenges of the pandemic, given that the current situation demands new formats for the educational system and the school community. These formats need to be anchored in the student role articulated with the role of the school and the family in the educational process of vulnerable students.

Keywords: Family-School Relationship. Pandemic Context. Challenges and Weaknesses.

- 1 Doutor em Educação (UnB). Pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2599412050029994>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0793-1946>. E-mail: sidel.gea@gmail.com
- 2 Doutora em Psicologia (UnB). Professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal/Universidade Aberta do Brasil/UnB.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8631782989504532>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7794-454X>. E-mail: normalciqueiroz@gmail.com
- 3 Mestre em Saúde Pública. Bacharel em Enfermagem pela Universidade Federal de Juiz de Fora - Campus Avançado Governador Valadares.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1769766739077104>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6976-8710>. E-mail: guilherme.ruela@uff.edu.br

Introdução

O objetivo deste artigo é discutir a importância do fortalecimento da relação entre família e escola, sobretudo em tempos de pandemia e distanciamento social, bem como as contribuições da família no processo educativo para os filhos/estudantes que se encontram vulneráveis, incluindo projetos educativos aplicados pelas diversas instituições de ensino com a intenção de promover o desenvolvimento integral e a formação cultural desses estudantes. Entende-se que a relação da escola com a família é essencial para a promoção do desenvolvimento integral dos estudantes, sob o prisma da formação para a cidadania, considerando o peso da constituição de um repertório cultural favorável à garantia dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes, especialmente, nesses últimos anos com a orientação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990).

Sabe-se que a relação entre família e escola é fundamental, necessária e dinâmica para o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes. Dessa forma, enseja assumir novas configurações e posturas (mas com a mesma essência), uma vez que o espaço escolar sofre mudanças, como em períodos de pandemia e distanciamento social. No final de 2019, algo que aconteceu na China repercutiu em todo o mundo: o aparecimento de casos de uma doença respiratória aguda desconhecida (GUAN *et al.*, 2020). Após identificação, foi então caracterizado como um novo vírus da família dos coronavírus, causador de uma síndrome respiratória, com possibilidade de casos graves, recebendo a nomenclatura SARS-COV-2 e causando a doença Covid-19 (SUN *et al.*, 2020).

Após pouco tempo, esse vírus alastrou por todo o mundo, configurado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um quadro de pandemia, alterando, assim, o modo de vida de todas as sociedades no planeta ao mesmo tempo. E não foi diferente para a área da educação e seus atores: escolas, professores, estudantes e famílias.

A escola, como espaço de multiplicidade e heterogeneidade, donde se evidencia vínculos entre jovens - considerados menos propensos à manifestação de sintomas graves do novo coronavírus -, pessoas idosas e pessoas com comorbidades – tidas como componentes do grupo de risco, tornou-se um dos espaços com maior risco de transmissão da Covid-19. Por conta do contato diário evidenciado nas relações de ensino entre professores, profissionais da educação e discentes, estes acabam por se tornar os principais vetores de transmissão do novo coronavírus, podendo afetar todas as pessoas com as quais entram em contato, sobretudo, pais e mães, avós e avôs, irmãos e irmãs, outros parentes e outras pessoas de modo geral. Com isso, o direcionamento das políticas mundiais referentes ao retorno das atividades coletivas, colocam as escolas em último plano, como consta em levantamento da ONU e da UNESCO (2020). Obstante a isso, existem situações em que o retorno às atividades escolares presenciais é permitido, mas com diversas restrições sanitárias, o que representa uma problemática, haja vista que com isso há possibilidade latente de que a escola não seja reconhecida por seus atores (MARTINS, 2020).

Ademais, é preciso ponderar que na situação de crise, ignorar a importância da educação escolar na vida das pessoas, mantendo os profissionais e as escolas fechadas distantes e imobilizadas, representa o enfraquecimento da mesma de um lado e aumentam as dificuldades da organização das famílias e os prejuízos em relação à agregação de conhecimentos culturais necessários para a socialização dessas crianças e jovens que estão se constituindo como pessoas durante quase dois anos letivos, de outro lado. E em um país como o Brasil, em que muitas vezes o processo de escolarização é deixado em último plano pelo Estado, como historicamente evidenciado nos cortes de gastos e de profissionais, isso contribui para o aumento de sua desvalorização (MARTINS, 2020).

O que se espera da relação escola e família?

Sendo assim, é de extrema relevância valorizar os potenciais benefícios gerados, quando escola e família conseguem desenvolver uma relação positiva junto às crianças e jovens estudantes, em especial, aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade. A partir de então, faz-se necessário pensar em “[...] diferentes estratégias e formas de tornar cada vez mais articulada a interação entre escola e família, considerando o contexto cultural, isto é, as crenças, os valores e as peculiaridades dos ambientes sociais” (POLONIA; DESSEN, 2005, p. 10).

Desse modo, destaca-se que tanto a escola quanto à família tem responsabilidades com os estudantes e são obrigações interdependentes entre essas instituições para alcançarem um mesmo objetivo, ou seja, o desenvolvimento integral, a formação cultural e a proteção a esses jovens. Para que essas instituições alcancem seu objetivo comum “[...] é necessário que ambas as instituições trabalhem de forma sincronizada, pois a escola é constituída não só pelos alunos e profissionais, mas também pelas famílias” (CAPISTRANO, 2015, p. 3). Sublinhamos, por outro lado, que nem a escola e tampouco a família podem assumir sozinhas tais responsabilidades, pois o risco de fracassarem é quase inevitável (ZAGO, 2011).

Tomando, em primeiro lugar, sublinhamos que a legislação educacional para fundamentar nossa discussão foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 9.394/1996). Essa norma define, em seu artigo 1º, que “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Notem que é ressaltada a vida familiar como peça fundamental para o processo educativo, inclusive nesse artigo é o primeiro aspecto apontado.

Já o 2º artigo, da LDB, declara que “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Aqui, novamente, a família é citada primeiramente como dotada do dever de educar e somente depois disso se relaciona o Estado. Sem sombra de dúvida, a contribuição da família para o desenvolvimento e aprendizagem humana dos filhos é inegável.

Reconhecemos que, entre as funções da família, é notório o seu papel de socialização dos filhos, ou seja, a inserção deles “[...] no mundo cultural mediante o ensino da língua materna, dos símbolos e regras de convivência em grupo, englobando a educação geral e parte da formal, em colaboração com a escola” (POLONIA; DESSEN, 2005, p. 11). Para López (1999, p. 12), a família “[...] não tem condições de educar seus filhos sem a colaboração da escola”. Nessa perspectiva, a escola hodierna desempenha a função de colaborar com a educação dos filhos das famílias. Essa visão se concretiza no fato de que cabe à família desenvolver arranjos formativos que sejam capazes de sedimentar a formação humana, com sustentação em valores éticos, vivências, interações saudáveis, contatos com as diferenças, dentre outras dimensões indispensáveis para o desenvolvimento humano.

Os pais são, por excelência, educadores no cotidiano de seus filhos. Essa função vai suprir além das necessidades básicas dos filhos, mas construir, ainda, com eles os valores éticos, morais, de convivência e de cidadania. Nesse sentido, a atenção da família à construção desses valores e normas de convivências pode contribuir para reduzir significativamente problemas como: misoginia e *bullying*, os quais têm de certo modo sido intensificados nos últimos tempos em função das transformações da sociedade.

Do lado da escola, é possível constatar que algumas delas não se veem, ainda, como parceiras das famílias em relação ao processo de ensino e aprendizagem dos estudantes. Entretanto, não cabe professores fazerem julgamentos im procedentes como, por exemplo, de que a família não colabora com a escola, pois não acompanha o desenvolvimento de seus filhos na escola; não verifica a agenda e os cadernos de atividades de seus filhos com recados enviados pelos professores. Não auxiliam nas tarefas e não cobram dos filhos que façam os deveres para casa ou estude para as avaliações. Se as famílias comparecessem às reuniões marcadas pela escola poderiam sinalizar as dificuldades e assim, construir uma interação maior com o processo ensino aprendizagem de seus filhos/estudantes.

Abucham (2011, p. 80) destaca que muitas vezes as famílias não conseguem se relacionar bem com a escola dos filhos, porque não compreendem a didática utilizada por ela como, por exemplo, “[...] famílias que não compreendem o aprendizado por meio da brincadeira” ou atividades lúdicas. Nesse caso, a concepção de aprendizagem e de escola dessas famílias se choca com essa didática, uma vez que elas veem a brincadeira como uma atividade aceita para horas de ócio e de lazer e não para os momentos de aprendizagem escolar. Para essas famílias, a brincadeira não é algo sério, portanto, ela pode “atrapalhar” a aprendizagem de seus filhos.

Para essas famílias que têm dificuldades de compreender as atividades escolares, elas

acreditam que a escola deveria se preocupar apenas com o ensino de conteúdos, considerados importantes para as novas gerações, pois em sua concepção de escola é aquela que estrutura a educação tradicional. Essas famílias não entendem que por meio de brincadeiras promovidas pela escola o estudante também “[...] pode se desenvolver e adquirir aprendizagens importantes para o seu pleno desenvolvimento, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (ABUCHAM, 2011, p. 80).

Guimarães (2012, p. 91) assinala que há, ainda, muitos conflitos na relação entre escola e família como, por exemplo, famílias que veem a escola como apenas “[...] prestadoras de serviços e de atenção (individualizada aos filhos), de cuidados básicos com os estudantes, querendo, assim, que a escola assuma responsabilidades que cabem apenas às famílias”. Observamos que com esses conflitos, os mais prejudicados são os estudantes pelos problemas construídos com esses conflitos entre família e escola. Fazendo com que ambas instituições não cheguem a um acordo comum e não reconheçam a importância da articulação entre elas como instituições educativas, as quais interferem diretamente no desenvolvimento filhos e estudantes.

Assinalamos que é relevante a articulação e sincronia entre família e escola, bem como o envolvimento das famílias na escolarização de seus filhos. Entretanto, a relação entre escola e família apresenta diversas variações tanto da parte da família quanto da escola e entre as famílias. Diante disso, para subvencionar as nossas reflexões, recorreremos à afirmação de Abucham (2011):

Há [...] uma variação muito grande no que diz respeito ao envolvimento das famílias na escola. Esta realidade é influenciada por vários fatores, como: profissão, classe social, necessidades e recursos de cada família. As diferentes estruturas familiares geram modos diversos de envolvimento com a instituição escola (ABUCHAM, 2011, p. 84).

Abucham (2011) destaca que o envolvimento da família com a escola não é um processo simples como algumas pessoas pensam e por isso muitas vezes tecem julgamentos que em nada contribuem para torná-lo mais efetivo. A autora chama atenção de algo que parece ser razoável nessa discussão como, por exemplo, as famílias que não tiveram sucesso em seu processo de aprendizagem escolar parecem ter mais dificuldades de se aproximarem da escola de seus filhos. Nota-se uma provável realidade em que as famílias bem sucedidas em sua escolarização se envolvem com mais facilidade com a escola de seus filhos.

Envolvimentos possíveis entre os contextos escolar e familiar

Nessa mesma direção, as famílias, cujos membros possuem profissões mais valorizadas parecem ter mais condições e, portanto, conseguem acompanhar mais de perto seus filhos na escola. Para explorar um pouco mais a questão do envolvimento das famílias com a escolarização dos filhos, apresentamos no Quadro 1 que discute os tipos de envolvimento das famílias no contexto da escolar.

Quadro 1. Tipos de envolvimento entre os contextos escolar e familiar

Tipos de envolvimento entre os contextos escolar e familiar	
Obrigações essenciais das famílias	Refletem as ações e atitudes da família ligadas ao desenvolvimento integral aos filhos e à promoção da saúde, proteção e repertórios evolutivos. Além da capacidade de atender às demandas dos filhos, considerando sua etapa de desenvolvimento para inserção na escolarização formal, é tarefa da família criar um ambiente propício para a aprendizagem escolar, incluindo acompanhamento sistemático e orientações contínuas em relação aos hábitos de estudos e às tarefas escolares.

Obrigações essenciais da escola	Retratam as diferentes estratégias adotadas pela escola com o intuito de discutir os programas da escola e evidenciar os progressos dos estudantes, em diferentes níveis para a família. As formas de comunicação da escola com a família variam, incluindo desde mensagens, jornais, livretos, convites e boletins até observações na agenda do estudante. A explicitação das normas adotadas, do funcionamento geral da escola, dos métodos de ensino e avaliação e a abertura de espaços, nos quais a família pode participar ativamente e opinar sobre estes temas, é estratégico.
Envolvimento das famílias em atividades de colaboração na escola.	Refere-se a como as famílias trabalham com a equipe da direção no que concerne ao funcionamento da escola como um todo. Isto é, em programações, reuniões, gincanas, eventos culturais, atividades extracurriculares etc. Este tipo de envolvimento visa auxiliar professores, orientadores, psicólogos, coordenadores e apoio pedagógico em suas atividades específicas, quer mediante ajuda direta, em sala de aula, quer na preparação de atividades ligadas às festas ou desfiles.
Envolvimento das famílias em atividades que afetam a aprendizagem e o aproveitamento escolar em casa	Caracteriza-se pelo emprego de estratégias que as famílias utilizam para acompanhar as tarefas escolares, agindo como tutores, monitores e/ou mediadores, atuando de forma independente ou sob a orientação do professor.
Envolvimento das famílias no projeto político da escola	Reflete a participação efetiva da família na tomada de decisão quanto às metas e aos projetos da escola. Retrata os diferentes tipos de organização, desde o estabelecimento do colegiado e da associação de pais e mestres até intervenções na política local e regional.

Fonte: Polonia e Dessen (2005, p. 303-312).

Na tipologia do envolvimento apresentada no Quadro 1 fica evidente que é importante a família participar ativamente do processo de escolarização dos filhos, tanto em casa quanto na escola. Entretanto, a participação das famílias no processo de escolarização dos filhos pode ser mais efetiva se ela se envolver nas tomadas de decisão, nas atividades voluntárias, sejam esporádicas ou permanentes, dependendo de sua disponibilidade. De acordo com Polônia e Dessen (2005, p. 307-308):

[...] cada escola, em conjunto com as famílias, deve encontrar formas peculiares de relacionamento que sejam compatíveis com a realidade das famílias, da equipe gestora e dos estudantes com a intenção de tornar a escola um espaço de ensino e aprendizagem significativa para ambos os segmentos.

Nessa mesma direção, Castro e Regattieri (2009) identificaram formas de interação entre escola e família, as quais podem contribuir para o sucesso dos estudantes e a qualificação da educação sem preconceito e discriminação como explicita o Quadro 2.

Quadro 2. Formas de interação entre escola e família

Convocar as famílias para reuniões, palestras, festas e encontros temáticos.
Valorizar os familiares participantes dos conselhos escolares e em atividades para arrecadação de recursos e a cessão do espaço da escola para atividades promovidas pela comunidade.
Realizar reuniões incluindo pais, docentes e gestores com enfoque no aprendizado dos estudantes, o debate sobre direitos e deveres dos responsáveis em relação à educação dos filhos, o reconhecimento das condições da família e a articulação com o conselho tutelar para solucionar casos de evasão.
Implementar ações na rede de proteção social para ajudar problemas familiares dos alunos, a aproximação da família, por meio de visitas e entrevistas, e a revisão das práticas pedagógicas conforme as necessidades dos alunos.

Fonte: Castro e Regattieri (2009, p. 15-16).

Benatto (2016, p. 18) declara que, em alguma medida, as crianças e adolescentes “[...] apresentam dificuldades em seu aprendizado, como consequência da precarização das relações familiares”. Pontua-se que as experiências e as vivências estão diretamente relacionadas ao desempenho na vida escolar. Questões como a ausência de recursos financeiros que forçam o ingresso precoce no mundo do trabalho obrigam o estudante a dividir suas energias com a escola e muitas vezes não consegue dar andamento nos seus estudos e se veem obrigados a abandonar a escola, porque não conseguem conciliar as atividades laborais com as escolares. A dureza do trabalho infantil é uma face perversa que estimula a elevação do índice de reprovação e da evasão escolar.

Cabe, também, acentuar que acerca da concepção de família e de suas atuais configurações, as quais repercutem os desdobramentos dos rumos das vidas assumidas pela diversidade de pessoas e suas escolhas, Dessen e Polônia (2007) salientam inexistir um padrão de família que possa ser eleito como o ideal em detrimento dos demais. Na verdade, é razoável considerar que é salutar o respeito as mais diversas formas de organização ou de padrões de vida em família e lidar com essa nova realidade de modo a fomentar a interação entre as pessoas e instituições. Sendo assim, não resta dúvida de que, independente da estrutura da família, o seu acompanhamento é crucial para garantir as condições de desenvolvimento dos valores e convicções aos filhos que são, também, estudantes, bem como para aumentar o desempenho escolar deles para atuar de forma plena e cidadã na sociedade brasileira.

De acordo com Dessen e Polônia (2007, p. 24) são “[...] diferentes tipos de famílias tais como: nuclear tradicional com casamento, recasadas, monoparentais, homossexuais, entre outras”. Tal pluralidade não significa que uma delas seja condenada a não apoiar os estudantes, o que temos é a possibilidade de distintos padrões poderem ser potencializados e oportunizados no sentido de serem excelentes apoiadores dos estudantes na escola e ajudá-los em sua formação humana. De certa forma, a família é vista como impulsionadora da produtividade escolar e do aproveitamento acadêmico. Quando o estudante, na maioria dos casos falha, o insucesso escolar é atribuído a ele ou a sua família, como consequência do distanciamento da escola ou a desvalorização da família pela educação para os filhos. Nessa situação, a escola não se inclui na possibilidade de contribuir para tal insucesso. Por fim, a família é apontada como culpada e responsabilizada pelo fracasso escolar de seus filhos. Entretanto, essa responsabilização é vivenciada pelas famílias, em sua maioria, das classes menos favorecidas (POLÔNIA; DESSEN, 2007).

A demonstração de interesse da família pelo que acontece na escola e sua participação na vida escolar dos filhos é vista pela escola por meio de atitudes como, por exemplo, manter um ambiente de estudo apropriado em extensão à escola e mediar a leitura de livros em conjunto com os filhos. Essas estratégias podem ser diferenciais importantes que contribuem para desenvolver um bom desempenho escolar dos filhos. Entretanto, não retira, ainda, a responsabilidade da escola oferecer um processo de ensino e aprendizagem de excelência que garanta os direitos de aprendizagem dos estudantes. Nesta perspectiva, Santos e Joly (1996, p. 39) anunciam que tais vantagens ou benefícios podem edificar um conjunto de relações que reverberam nos próprios pais, por exemplo, “[...] o pai que participa da leitura conjunta com o filho, pode contribuir para melhorar o desempenho leitor de seu filho”.

Assim sendo, a relação positiva entre família-estudante-escola é fundamental para o processo de ensino e aprendizagem dos filhos/estudantes. Conflitos na relação escola e família podem dificultar a solução de problemas e reduzir a possibilidade de uma aprendizagem significativa e consistente. Diante disso, é essencial que a relação entre escola-família-estudante seja sincrônica e respeitosa para apoiar com benefícios expressivos o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes.

Não resta dúvida que esses pontos compõem uma rede salutar de fatores que interferem significativamente na proteção para dos sujeitos de aprendizagem, impactando no desenvolvimento de suas habilidades, assim como reflete na constituição de suas competências sociais. Assim, postula-se que haja um alargamento da capacidade de adaptação às distintas situações de conflitos que os sujeitos possam se submeter em atividades no dia a dia da escola. Feita essa consideração, demarcamos que os desafios enfrentados pela família não são triviais e que as instituições escolares devem ser municiadas para colaborar com as famílias de modo intersetorial e dialogado, e, também, aponta-se que

[...] sem uma rede de apoio social que ajude a superar o estresse, a resolução de conflitos e o restabelecimento de uma dinâmica familiar saudável, as famílias podem desenvolver padrões de relacionamento disfuncionais, tais como: maus tratos à criança, violência intrafamiliar, abuso de substâncias, conflitos. Nesses casos, as instituições públicas ou privadas, incluindo a escola, têm um papel importante oferecendo apoio, direta ou indiretamente, por meio de programas de educação familiar ou de elaboração de políticas públicas para a promoção da saúde. (DESSEN; POLÔNIA, 2007, p. 25).

Assim, os jovens que podem contar com a presença da família na vida escolar e em família esses jovens são mais estimulados a apresentarem não só o desempenho acadêmico na escola, mas também em termos de comportamentos sociais conseguem valorizar mais os espaços escolares e da comunidade, o respeito ao trabalho dos outros, dos professores e do próximo.

O ponto chave é o acompanhamento escolar que não é só olhar tarefas, é saber o que acontece na vida da criança e do jovem, quem são seus amigos, saber o que o filho pensa acerca de certos assuntos, tomar conhecimentos das músicas e dos programas que mais gosta e dos que menos gosta. A esse respeito, Polonia e Dessen (2007, p. 23) lecionam que no “ambiente familiar, a criança aprende a administrar e resolver conflitos, a controlar as emoções, a expressar os diferentes sentimentos que constituem as relações interpessoais, a lidar com as diversidades e adversidades da vida”.

Outra questão que pode trazer prejuízos à vida dos jovens são as famílias que apesar de valorizarem a escola, não conseguem manter seus filhos na escola ou analisar uma situação de conflito escolar de um único ângulo e de imediato já se posiciona de modo desproporcional ou depositando razão para o colega em casos que elas cometeram algo grave e que os pais decidem estar do lado dos filhos, desconsiderando as regras. Isso causa prejuízos para a formação moral, assim como para o processo pedagógico como um todo (MAIOMONI; BORTONE, 2001). Tal postura, portanto, não pode ser o único caminho a ser escolhido, porque pode causar gravíssimos prejuízos na relação escola-família-estudante.

Quando há apoio e atenção direcionadas às necessidades dos estudantes, a aprendizagem pode acontecer de forma mais assertiva e colaborativa para a efetivação de uma educação integral. A parceria da escola com as famílias precisa ter sabedoria na condução a fim de entender que os profissionais da educação precisam ter asseguradas suas vozes e experiências, as quais devem ser equacionadas e direcionadas para a formação integral dos estudantes. É preciso estabelecer um diálogo em prol da afetividade e da relação de confiança entre escola e família com os estudantes. A função da escola é pedagógica e política, devendo oferecer um ambiente coletivo e integrado à sociedade, portanto, encarregada de fazer a formação moral e ética dos estudantes, mesmo tendo consciência de que a primeira instituição formadora nessa dimensão é a família. Isto posto, essa separação não é viável, considerando que a escola deve estar sempre integrada, mas um olhar diferenciado.

As famílias não têm obrigação de dar conta de todos os conteúdos, mas da parte emocional e social. Essa parte é de fundamental importância para subsidiar o aprendizado dos estudantes/filhos na escola, com isso a proposta de ensino e aprendizagem precisa fazer sentido com a vida dos estudantes/filhos. Os conceitos apreendidos precisam ser valorizados em nome da relação social que o filho desenvolve na comunidade escolar e isso alarga a motivação e, por conseguinte, a família materializa sua influência ou sua contribuição para o processo educativo.

A criação de espaços apropriados para estudar e pesquisar favorece os momentos de aprendizagem. Além disso, escutar os filhos é uma forma de mostrar, também, o interesse no que está acontecendo na vida deles e com efeito direto na autoestima. Em caso de dúvidas, é preciso ir até à escola para construir estratégias e soluções que consigam suprir as necessidades dos estudantes/filhos. A parceria entre família e escola é profícua, quando se acredita e desenvolve relações de interações, preferencialmente, com a construção de atividades conjuntas e colaborativas, as quais

a família compreenda como parte da proposta de aprendizagem que ultrapassam muros escolares e compunham o processo formativo para além da educação escolar formal.

A vida da escola e a razão pedagógica são os estudantes, pois eles levam a alegria para os espaços físicos e servem de impulso para os professores buscarem a se aperfeiçoar mais a cada dia. Para exercer a função docente de forma plena demanda um contexto que preza pela paz e pelo desenvolvimento dos estudantes/filhos. A construção de ambientes enriquecidos colabora para o desenvolvimento dos estudantes e essa noção alcança a responsabilidade das famílias e a promoção de ambientes domésticos em que haja afetividade de familiares, leitura de livros infantis de boa qualidade, brinquedos e o envolvimento dos adultos nas brincadeiras dos filhos. Assim, a família pode influenciar fortemente o desenvolvimento cognitivo, linguístico, motor, social e cultural. A convivência em família é igualmente importante como experiência vivenciada na escola, dado que são complementares e precisam ser integradas.

A família é o primeiro nível de proteção, o segundo é a comunidade, a terceira são as instituições sociais públicas, a quarta é o quadro normativo e a quinta é a atuação dos movimentos sociais em busca da efetivação dos direitos declarados nos instrumentos normativos. Podemos entender que os valores básicos que se esperam das famílias ocupam o espaço formativo na vida dos estudantes/filhos como novos atores: a televisão e a internet que lançam novos desafios com seus quadros de valores. A estrutura familiar de uma criança pode refletir positiva ou negativamente em vários aspectos de seu desenvolvimento, principalmente, no que se refere à construção de conhecimento. Quando uma criança ou um jovem está inserido em meio familiar, na qual agressões ou outras violências se fazem presente, a possibilidade de que a escola auxilie de alguma forma enfrentar essa situação é fundamental, pois em muitos casos, a denúncia dos responsáveis, os quais infelizmente na maioria das vezes são os familiares já é um grande passo. Em tempos de covid-19 e de isolamento social, crianças e jovens acabaram ficando expostos ao contexto supramencionado, e com pouco auxílio pedagógico. É realidade o fato de que muitas famílias não conseguem acompanhar o processo de escolarização das crianças e dos jovens sob seus cuidados em contexto de ensino não presencial. E em um país como o Brasil, com subdesenvolvimento latente, é notório o alto índice de famílias com grau de escolaridade baixa, donde os responsáveis pelas crianças muitas vezes não concluíram nem mesmo a Educação Básica (AVELINO; MENDES, 2020).

Nesse sentido, as crianças e jovens da classe popular ficam em desvantagens face àquelas crianças e jovens, cujos responsáveis concluíram o Ensino Superior, uma vez que estes compreendem a importância do investimento educacional e cultural na formação dos estudantes/filhos. Ademais, estudantes com mais acesso às tecnologias se encontram em vantagem, sobretudo no contexto de adaptação ao *homeschooling* (Educação Domiciliar), o que contribui para a ratificação do dilema de que saber e poder tecem a hierarquia de conhecimento (AVELINO; MENDES, 2020).

No entanto, é preciso inserir a escola no debate da exclusão das crianças e jovens por meio do acesso ou não dos equipamentos tecnológicos, uma vez que estamos diante de questões éticas e uma preocupação com a integralidade da pessoa como um todo e suas necessidades integrais. Portanto, não tem como fugir desse embate e novos arranjos serão necessários para as distintas instituições, porque os filhos/estudantes não podem ficar excluídos e negligenciados em suas dimensões básicas.

Mesmo com a possibilidade de acesso aos equipamentos tecnológicos, o Brasil com sua vasta dimensão territorial não consegue ofertar acesso à internet de qualidade para todas as crianças, o que impede que as atividades elaboradas pelos docentes cheguem até elas. Não obstante, a residência nem sempre contribui para o ensino, uma vez que são recorrentes os casos de violência doméstica, ausência de alimentação, iluminação precárias e barulho que dificultam a concentração. Além disso, destaca-se a falta de orientação dos educadores para a execução das atividades propostas (AVELINO; MENDES, 2020).

Em um cenário pandêmico, acarretado pela Covid-19, pensar no retorno da “normalidade”, em especial na escola, é desafiador, haja vista que a vida social, educacional e econômica se encontram demasiadamente afetadas. Diante disso, medidas vêm sendo tomadas em todas essas esferas da vida, e no que se refere à área educacional, surgiram estratégias como a Pedagogia Pandêmica. Porém, com tal estratégia, ocorreram mudanças substanciais nas relações interpessoais, consumo, e direcionamento laboral, sobretudo no trabalho docente. A metodologia de ensino à

distância, por meio da utilização de recursos digitais, tornou-se ferramenta imprescindível para o ensino e aprendizagem. Tal modalidade de ensino anteriormente vista no ensino superior, agora, em meio à pandemia, de certa maneira, “obrigou”, docentes, discentes e as famílias da educação básica se ajustarem e administrarem essa modalidade de ensino (BARRETO; ROCHA, 2020). Nesse contexto, não cabe obstáculos entre família e escola. Ao contrário, apesar das dificuldades, parece ser uma oportunidade para que essas instituições superarem as dificuldades e trabalhem em parceria.

Considerações Finais

Na discussão inicial, refletimos sobre os caminhos para a obtenção de melhores experiências escolares para as crianças e adolescentes com o apoio tanto das famílias quanto da escola. Essas instituições – família e escola - podem subsidiar e ampliar as condições de desenvolvimento desses sujeitos nas condições de vulnerabilidade, quando tomarem consciência de que sozinhas suas possibilidades podem ser quase insignificantes. Quando se trata de adolescentes, essas dificuldades podem ser vista como um momento de vida presente, mas, também, complexo para eles, pois vivenciam a adolescência e estão mais suscetíveis a toda sorte de influências, vez que eles são lançados em oportunidades de participar de ensaios, testes e propostas de experiências atinentes ao viver, ao amar e ao transgredir o regramento.

Sendo assim, fez necessário discutir também a compreensão de como o capitalismo atual induz os estudantes a se envolverem na lógica do consumo com marcas explícitas do aprofundamento da desigualdade social, materializando na prática o distanciamento entre o que se proclama em termos de direitos humanos e o que de fato esses estudantes conseguem alcançar em sua vida social, sobretudo aqueles que estão em condição de pobreza em nossa sociedade. Por outro lado, ressaltamos que novas oportunidades podem ser geradas e levadas a cabo com resultados mais promissores quando essas instituições agem de forma cooperativa e colaborativa.

A família, detentora dos valores essenciais para a educação dos filhos, cumprem suas obrigações e deveres, bem como tem consciência de seus direitos e sabe lutar pela conquista de seu lugar no mundo. Assim, a função da família, sob essa ótica, é essencial para o desempenho do estudante. No entanto, grande parte das famílias da classe popular não tem condições de formar o estudante/filho-cidadão. Nesse campo, o Estado precisa ocupar seu lugar e criar políticas públicas e estratégias para assegurar ou preencher as lacunas que possivelmente a família não esteja conseguindo cumpri-las, portanto é salutar pensar, aqui, no tripé escola-família-estudante. Em outros termos, destaca-se que é relevante as famílias estarem presentes na vida escolar de seus filhos e também valorizarem tanto o que o filho produz quanto o que a escola realiza para educá-los.

Trilhando nessa linha de argumentos, a discussão mais aprofundada sobre os fatores de vulnerabilidade que os estudantes podem ter necessidade de enfrentá-los, destaca-se, ainda, a relação entre escola e família pode ser sustentável e benéfica para todos atores envolvidos diretamente quando estudantes-escolas-famílias e indiretamente para a sociedade como forma de fortalecer todas as instituições, apoiando a todos estudantes, em especial, aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade.

Nessa discussão, detalhamos um pouco sobre o envolvimento das famílias e escolas, uma vez que as pesquisas estudadas mostram que esse envolvimento pode interferir positivamente no desenvolvimento integral, na formação cultural e na proteção integral dos estudantes e assim, reduzir a vulnerabilidade. Para tanto, lançamos mão de textos, os quais discutem a relação família e escola, nas quais se destaca uma compreensão aprofundada como cada uma das instituições podem contribuir para resolver os conflitos e de fato realizar contribuições significativas para e com o sujeito central dessa discussão que é o estudante na escola e o filho na família. Condições externas adversas como a pandemia trazem novos desafios para todo o sistema educacional e comunidade escolar em particular e a sociedade de modo geral, nos quais o papel da família deve incentivar o protagonismo junto aos estudantes, com o apoio dos demais atores, sobretudo em situações de vulnerabilidade e uma vez que não há distinção entre os espaços físico da escola e da

casa desses estudantes.

Referências

ABUCHAIM, Beatriz. Dialogar é preciso. **Revista Educação** – Edição Especial “Educação Infantil”. São Paulo: volume 1, 2011, p. 76-90.

AURIGLIETTI, R. C. R.; SCHMIDLIN LOHR, S. **Evasão e abandono escolar, causas, consequências e alternativas**: o combate e evasão escolar sob a perspectiva dos alunos. Cadernos PDE - Desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor. Secretaria de Estado de Educação do Paraná, Paraná-PR, 2014. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_ufpr_ped_artigo_rosangela_cristina_rocha.pdf Acesso em: 19 mai. 2020.

AVELINO, Wagner Feitosa; MENDES, Jéssica Guimarães. **A realidade da educação brasileira à partir da Covid-19**. Boletim de Conjuntura, v. 2, n. 5, p. 56-62, 2020.

BARRETO, Andréia Cristina Freitas; ROCHA, Daniele Santos. Covid 19 e Educação: Resistências, Desafios e (im)possibilidades. **Revista Encantar - Educação, Cultura e Sociedade** - Bom Jesus da Lapa, v. 2, p. 01-11, jan./dez. 2020.

BENATTO, Maristela Elisabete Cosmo. **A vulnerabilidade social da escola pública e a formação dos professores do 6º ano do ensino fundamental**. Cadernos PDE - Desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor. Secretaria de Estado de Educação do Paraná, Paraná-PR, 2016. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_pdp_ped_utfpr_maristelaelisabetecosmobenatto.pdf Acesso em: 19 mai. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 19 mai. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em: 01 mai. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 19 mai. 2020.

CAPISTRANO, A. P. J.; **Relacionamento entre família e escola e seus conflitos**. Boletim Informativo do Programa de Educação Tutorial - PET, Universidade Federal da Bahia (UFBA), publicado em 23 out 2015.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**: olhar, ouvir, escrever. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111579/109656> Acesso em: 15 mar. 2020.

CASTRO, J.M.; REGATTIERI, M. (Org.). **Interação escola-família**: subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO, MEC, 2009. Disponível em: http://educacaointegral.mec.gov.br/images/pdf/biblioteca/escola_familia_final.pdf Acesso em: 19 mai. 2020.

DELLI' AGLIO, D. D.; HUTZ, C. S. **Estratégias de coping de crianças e adolescentes em eventos estressantes com pares e adultos**. Psicologia USP, 13 n(2), p. 203-225, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65642002000200012&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso

em: 19 mai. 2020.

DESSEN, M. A.; POLÔNIA, A. C. **A Família e a escola como contextos de desenvolvimento humano.** Paideia, v. 17 n(36), p.21-32, 2007. Disponível <https://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n36/v17n36a03.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2020.

FERNANDES, Adírcio Soares; SILVA, Cláudemir Feitosa e. **Os efeitos da medida socioeducativa de internação na vida das socioeducandas:** uma análise a partir do Centro de Atendimento Socioducativo de Formosa-GO. In: MOZZER, Geisa Nunes de Souza et al.(Orgs.). *Adolescência: saberes contemporâneos sobre a socioeducação.* Goiânia: Editora Imprensa Universitária, p. 17-38, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

GUIMARÃES, Daniela. **A relação com as famílias na Educação Infantil:** o desafio da alteridade e do diálogo. In: *Educação Infantil e Sociedade: questões contemporâneas.* Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2012.

HOFFMANN, Adriana; MUNÇONE, Patrícia; LOPES, Filipe. **Direitos Humanos e Infância:** desafios para a educação na busca de uma comunicação para a paz. In: KUNZ, Sidelmar Alves da Silva et al. (Orgs.). *Direitos Humanos e Emancipação, volume 1.* Uberlândia: Culturatrix, 2019. p. 370-381. Disponível em: <http://doi.editoracubo.com.br/10.4322/978-85-94325-12-9> Acesso em: 19 mai. 2020.

LÓPEZ, J. S. I. **Educação na família e na escola.** Coleção O que é, como se faz? (M.C. Mota, Trad.) São Paulo: Loyola, 2002.

MAIMONI, Eulália H.; BORTONE, Márcia E.. **Colaboração família-escola em um procedimento de leitura para alunos de séries iniciais.** *Psicol. Esc. Educ.* [online], vol.5, n.1, pp.37-48, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pee/v5n1/v5n1a05.pdf> Acesso em: 19 mai. 2020.

MARTINS, Ronei Ximenes. **A Covid-19 e o fim da educação à distância:** um ensaio. *Em Rede, Revista de Educação à Distância*, v. 7, n. 1, p. 242-256, jan./jun. 2020.

MOZZER, Geisa Nunes de Souza et al.(Orgs.). **Adolescência:** saberes contemporâneos sobre a socioeducação. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2019.

MOZZER, Geisa Nunes de Souza; PAULA, Paulo Winícius Teixeira de; VIEIRA, Alessandra Oliveira Machado. **Formação e ações socioeducativas no CEPEA-UFG:** um olhar histórico-cultural para o desenvolvimento do adolescente. In: MOZZER, Geisa Nunes de Souza et al.(Orgs.). *Adolescência: saberes contemporâneos sobre a socioeducação.* Goiânia: Editora Imprensa Universitária, p. 17-38, 2019.

MUÑOZ SÁNCHEZ, Alba Idaly; BERTOLOZZI, Maria Rita. **Pode o conceito de vulnerabilidade apoiar a construção do conhecimento em Saúde Coletiva?.** *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 12, p. 319-324, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v12n2/a07v12n2.pdf> Acesso em: 19 mai. 2020.

OLIVEIRA, Dijaci David de; SANTINBANEZ, Dione Antônio de C. de S.; BUNGENSTAB, Gabriel Carvalho. **Fatores socioeconômicos e índices de vitimização entre adolescentes:** uma abordagem descritiva sobre a incidência de atos infracionais em Goiás. In: MOZZER, Geisa Nunes de Souza et al.(Orgs.). *Adolescência: saberes contemporâneos sobre a socioeducação.* Goiânia: Editora Imprensa Universitária, p. 17-38, 2019.

OLIVEIRA, Rafael Fabrício de; MAGALHÃES, Monica Arcanjo; OLIVEIRA, Renan de. Educação, meio ambiente e direitos humanos: autonomia e empoderamento territorial em São Roque, SP. In: KUNZ, Sidelmar Alves da Silva et al. (Orgs.). **Direitos Humanos e Emancipação**, volume 1. Uberlândia: Culturatrix, 2019. p. 231-244. Disponível em: <http://doi.editoracubo.com.br/10.4322/978-85-94325-12-9> Acesso em: 19 mai. 2020.

PEIXOTO, Roberto Bassan. Adolescentes em conflito com a lei: “nova” expressão da questão social. In: KUNZ, Sidelmar Alves da Silva et al. (Orgs.). **Direitos Humanos e Emancipação**, volume 1. Uberlândia: Culturatrix, 2019. p. 72-82. Disponível em: <http://doi.editoracubo.com.br/10.4322/978-85-94325-12-9> Acesso em: 19 mai. 2020.

PEREIRA, S. E. F. N. **Crianças e adolescentes em contexto de vulnerabilidade social**: Articulação de redes em situação de abandono ou afastamento do convívio familiar. 2013. Disponível em: www.aconchegodf.org.br/biblioteca/artigos/artigo01.pdf Acesso em: 04 mai. 2020.

POLONIA, Ana da Costa; DESSEN, Maria Auxiliadora. **Em busca de uma compreensão das relações entre família escola**. *Psicol. esc. educ.* [online]. vol.9, n.2, pp. 303-312, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pee/v9n2/v9n2a12.pdf> Acesso em: 12 mai. 2020.

SANTOS, A. A. A.; JOLY, M. R. C. **Lendo histórias em família**: influência sobre o vocabulário infantil e desempenho em leitura e escrita. *Psicologia Escolar e Educacional*, 1 (1), 39-44, 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pee/v1n1/v1n1a06.pdf> Acesso em: 19 mai. 2020.

SILVA, S. B.; RAPOPORT, A. Desempenho escolar de crianças em situação de vulnerabilidade social. **Revista Educação em Rede: Formação e Prática Docente**, v.4, n.6, p. 1-26, 2015. Disponível em: <http://ojs.cesuca.edu.br/index.php/educacaoemrede/article/view/410> Acesso em: 10 mai. 2020.

SOUZA E SILVA, Jailson. **A Pluralidade de Identidades no Bairro Maré-Rio de Janeiro**. *GEOgraphia*, v. 3, n. 5, p. 76-88, 2011. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13401/8601> Acesso em: 16 mai. 2020.

SOUZA E SILVA, Jailson de. **Sucesso/fracasso escolar**: uma revisão de pressupostos. *Revista Teias*, v. 2, n. 3, p. 1-15, 2001. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/23867/16840> Acesso em: 16 mai. 2020.

ZAGO, Nadir. **Fracasso e sucesso escolar no contexto das relações família e escola**: questionamentos e tendências em sociologia da educação. *Revista Luso-Brasileira* ano 2 n.3, p. 57-83, março 2011. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/17155/17155.PDF> Acesso em: 19 mai. 2020.

Recebido em: 19 de setembro de 2020.

Aceito em: 07 de março de 2022.